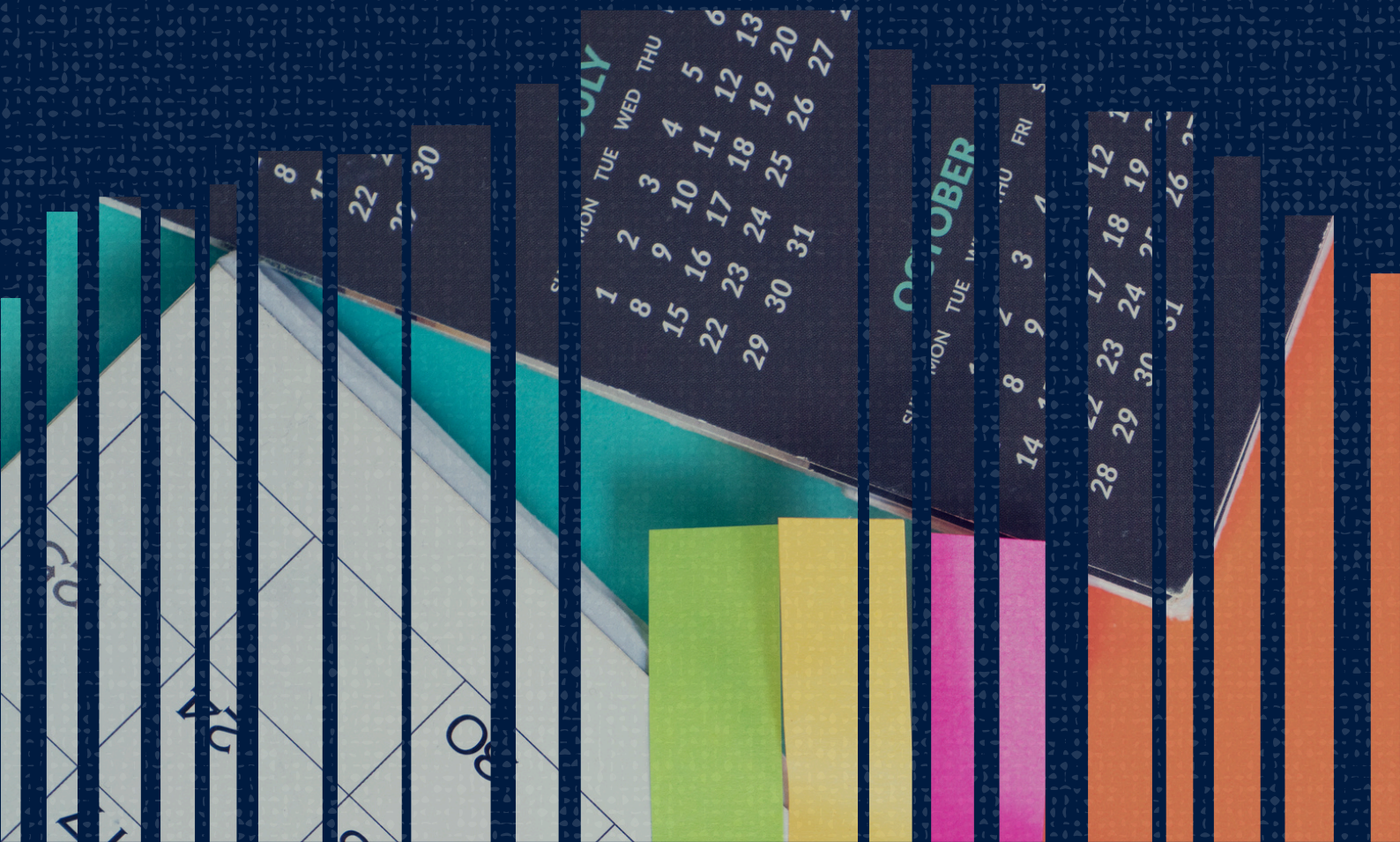
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Estado do Espírito Santo

Comissão de Permanente Acessibilidade e Inclusão
acessibilidade@tjes.jus.br

Planejamento de ações

Acessibilidade e Inclusão no PJES - 2026



APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA ACESSIBILIDADE - TJES 2026

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) reafirma seu compromisso com a acessibilidade e a inclusão por meio da implementação do Planejamento de Ações para Acessibilidade e Inclusão - 2026. Alinhado à Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), este planejamento visa assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas condições, tenham pleno acesso aos seus direitos no âmbito do Judiciário.

Para 2026, o TJES fortalece suas iniciativas estratégicas, abrangendo a adaptação de espaços físicos, aprimoramento de plataformas digitais, capacitação de servidores, realização de eventos de conscientização e ampliação da comunicação inclusiva. Essas ações são estruturadas com metas definidas, cronogramas detalhados e participação ativa das unidades responsáveis, garantindo sua efetividade.

A acessibilidade é um valor fundamental para a justiça e a cidadania, e o TJES segue avançando nessa jornada com empenho e inovação. Este planejamento representa mais um passo decisivo na construção de um Poder Judiciário cada vez mais acessível, inclusivo e comprometido com a equidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 05

2. JUSTIFICATIVA 05

3. CATEGORIA A: AÇÕES REMANESCENTES (TRANSIÇÃO 2025-2026) 06

Eixo I: Gestão de Pessoas e Acompanhamento Profissional 07

Ação 01: Atualização Cadastral e Identificação (Cordão Girassol/Crachá)

Ação 02: Programa de Acolhimento de Novos Servidores e Estagiários

Eixo II: Cultura Organizacional e Sensibilização 08

Ação 03: Campanhas de Sensibilização Contínua (Anticapacitismo)

Ação 04: Promoção do Ambiente Inclusivo via Mídias Digitais

Eixo III: Capacitação e Acessibilidade Comunicacional 09

Ação 05: Capacitação em LIBRAS e Atendimento Direto

Ação 06: Acessibilidade em Eventos e Cerimoniais

Ação 07: Diagnóstico e Adoção da Linguagem Simplificada (Visual Law)

4. CATEGORIA B: NOVAS AÇÕES CICLO 2026 10

Eixo IV: Infraestrutura e Acessibilidade Digital 11

Ação 08: Adequação de Mobiliário e Tecnologia Assistiva Individual

Ação 09: Acessibilidade Digital (PJe) e Vivência Sensorial

Ação 10: Erradicação de Barreiras Arquitetônicas e Urbanísticas

Eixo V: Inovações em Atendimento e Suporte Sensorial 12

Ação 11: Implementação do Curso de Letramento Anticapacitista

Ação 12: Sala Sensorial de Acolhimento

Ação 13: Semana da Neurodiversidade e Arte Inclusiva

Eixo VI: Suporte Psicossocial e Gestão Judiciária 13

SUMÁRIO

Ação 14: Diálogos Grupais e Suporte (Projeto Acolher)

Ação 15: Capacitação: Autismo na Vida Adulta

Ação 16: Setembro Verde – Ciclo de Debates Estratégicos

Ação 17: Julgamento Prioritário e Protocolo de Julgamento da Pessoa com deficiência Eixo

VII: Governança, Monitoramento e Conformidade 14

Ação 18: Fortalecimento do Canal de Denúncias de Barreiras

Ação 19: Projeto de Empregabilidade "Egresso CETEFE" (MPTES)

Ação 20: Representatividade em Fóruns Nacionais (CNJ)

Ação 21: Alinhamento à Política Nacional (CNJ) e GT-BID

Ação 22: Fomento e Monitoramento das Cotas de Estágio

Ação 23: Modernização de Critérios para Concursos e Seleções

Ação 24: Revisão das Condições Especiais de Trabalho (Resoluções TJES)

Ação 25: Balcão Virtual Acessível e Humanizado

Ação 26: Consolidação da Política de Acessibilidade (Res. 034/2019)

5. REFERÊNCIAS CONSULTADAS 17

INTRODUÇÃO

O presente planejamento, proposto pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Espírito Santo (CPAI-PJES), estabelece as diretrizes e ações estratégicas do Judiciário Capixaba para o ano de 2026. O foco central é a eliminação multidimensional de barreiras (arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais) e a promoção da plena inclusão de pessoas com deficiência e neurodivergentes. Este documento consolida a continuidade de ações não exauridas em 2025 e introduz projetos inovadores alinhados à Política Nacional da Pessoa com Deficiência do CNJ e ao Selo Linguagem Simples.

JUSTIFICATIVA

A promoção de um ambiente judiciário acessível fundamenta-se na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) , na Resolução nº 401/2021 do CNJ e na Portaria CNJ nº 351/2023 (Selo Linguagem Simples). A transição para o ciclo 2026 justifica-se pela necessidade de:

- Concluir a modernização de unidades judiciárias antigas conforme a NBR 9050.

- Implementar o letramento anticapacitista para erradicar o viés inconsciente. -Garantir que o "juridiquês" não seja uma barreira de acesso para cidadãos com deficiência intelectual ou baixo letramento.

- Alcançar pontuação máxima no **Prêmio CNJ de Qualidade**.

3. DETALHAMENTO DAS AÇÕES (CATEGORIA A: REMANESCENTES)

EIXO 1 Gestão de Pessoas e Acompanhamento Profissional

Ação 01: Atualização Cadastral e Identificação (Cordão Girassol/Crachá)

Objetivo: Obter dados fidedignos para políticas de cotas e identificar deficiências ocultas para garantir atendimento prioritário e combate ao capacitismo.

Metas: 100% dos magistrados, servidores e estagiários cadastrados; entrega de cordões e crachás para 100% dos interessados.

Cronograma: Jan (Plan) | Fev a Abr (Execução) | Mai (Relatório Final).

Unidades: SGP, STI, CSPS e Segurança Institucional.

Recursos: Sistemas de RH e força de trabalho.

Ação 02: Programa de Acolhimento de Novos Servidores e Estagiários

Objetivo: Garantir a inserção plena e autonomia de novos ingressantes com deficiência, conforme a Res. CNJ 401/2021.

Meta: Criar protocolos multidisciplinares (CSPS) e técnicos (STI) para solicitação imediata de tecnologia assistiva. Processo Sei em andamento: 7011533-61.2025.8.08.0000

Cronograma: Mar a Mai (Protocolos) | Jun (Acompanhamento da inserção).

Unidades: Presidência, CPAI, SGP e CSPS.

Recursos: Espaço físico e força de trabalho das unidades envolvidas.

Ação 03: Campanhas de Sensibilização Contínua (Anticapacitismo)

Objetivo: Reduzir o viés inconsciente e preconceitos que subestimam a autonomia das pessoas com deficiência.

Metas: 04 campanhas sazonais e 01 seminário estadual. Temas: inclusão social, liderança inclusiva, comunicação não violenta e autonomia das mulheres com deficiência.

Cronograma: Trimestral; Seminário em Dezembro/2026.

Unidades: Comunicação, CPAI e EMES.

Recursos: Verba de publicidade institucional e força de trabalho.

Ação 04: Promoção do Ambiente Inclusivo via Mídias Digitais

Objetivo: Letramento nas normativas e enfrentamento ao capacitismo via podcasts e vídeos.

Meta: Publicar episódio do Just-Talk e 02 vídeos no YouTube com participação de PcDs (Princípio: "Nada sobre nós sem nós").

Cronograma: Jan a Abril (Plan e gravação) | maio a Nov (Publicação).

Unidades: Comunicação, CPAI e EMES.

Recursos: Estrutura tecnológica do Tribunal e força de trabalho.

Ação 05: Capacitação em LIBRAS e Atendimento Direto

Objetivo: Garantir autonomia para cidadãos surdos e presença de intérpretes em audiências/balcões (presencial ou vídeo).

Processo SEI n. 7006564-37.2024.8.08.0000.

Metas: Formar 2 turmas (Básico/Intermediário) por convocação; concluir estudo para o cargo de Tradutor/Intérprete (TILS).
Cronograma: Mai a Out (Aulas) | Mar a Out (Estudo de contratação).

Unidades: EMES e Laboratório de Ideias.

Recursos: Instrutores especializados e plataforma EaD.

Ação 06: Acessibilidade em Eventos e Cerimoniais

Objetivo: Eliminar barreiras comunicacionais e físicas em eventos oficiais. Processo SEi de treinamento 70084962620258080000)

Meta: formatos diversos (áudio, Braille, linguagem simples).

Cronograma: Permanente.

Unidades: Cerimonial e Assessoria de Comunicação.

Recursos: Registro de Preços para tradução e audiodescrição e força de trabalho.

Ação 07: Diagnóstico e Adoção da Linguagem Simplificada (Visual Law)

Objetivo: Eliminar o "juridiquês" para tornar a Justiça compreensível para pessoas com deficiência intelectual e baixo letramento.

Metas: Formação em Varas de Família; uso de Visual Law (infográficos/ícones) em 100% dos mandados de citação e intimação padronizados.

Metodologia: Oficinas Práticas de Redação , transformando modelos reais de mandados complexos em resumos amigáveis.

Cronograma: Março a Junho/2026.

Unidades: Gabinetes, EMES e Laboratório de Ideias.

Recursos: Consultoria em Legal Design e ferramentas gráficas.

4. DETALHAMENTO DAS AÇÕES (CATEGORIA B: NOVAS AÇÕES 2026

EIXO 4 Infraestrutura e Acessibilidade Digital

Ação 08: Adequação de Mobiliário e Tecnologia Assistiva Individual

Objetivo: Fornecer equipamentos e softwares específicos (leitores de tela, teclados adaptados) para trabalho presencial ou remoto.

Processo SEi em andamento: 7011533-61.2025.8.08.0000

Metas: Atendimento de 100% das solicitações realizadas pela Saúde da SGP.
Cronograma: Jan a Jun (Diagnóstico) | Jul a Nov (Custos) | Dez (Entrega).

Unidades: Infraestrutura, STI e CSPS.

Recursos: Orçamento de investimento.

Ação 09: Acessibilidade Digital (PJe) e Vivência Sensorial

Objetivo: Garantir que portais e o sistema PJe sejam navegáveis por leitores de tela e tecnologias assistivas.

Metas: Conformidade WCAG 2.1 no PJe; obrigatoriedade de OCR em 100% dos protocolos (proibição de scans puramente imagem).

Metodologia: Vivência Sensorial Digital , simulando barreiras de navegação para desenvolvedores e usuários.

Cronograma: Março a Novembro/2026.

Unidades: STI e Comitê Gestor do PJe.

Recursos: Desenvolvimento e ferramentas de validação.

Ação 10: Erradicação de Barreiras Arquitetônicas e Urbanísticas

Objetivo: Padronizar a acessibilidade física e garantir rotas externas acessíveis (Parceria Infra/BID).

Metas: Reforma de 05 fóruns prioritários; sinalização tátil e Braille em 100% das unidades da capital; adequação de calçadas.

Cronograma: Jan (Edital) | Abr a Dez (Obras).

Unidades: Engenharia e Manutenção.

Recursos: Fundo de Modernização do Poder Judiciário.

EIXO 5 Inovações em Atendimento e Suporte Sensorial

Ação 11: Implementação do Curso de Letramento Anticapacitista

Objetivo: Institucionalizar a comunicação inclusiva e habilitar o Tribunal para o **Selo Linguagem Simples.**

Módulos: Modelo Social, Neurodiversidade (TEA/TDAH) e Atendimento de Ponta.

Metodologia: Servidores com deficiência sendo tutores e palestrantes.

Cronograma: Fev a Jun/2026.

Unidades: Comunicação e EMES.

Recursos: Materiais didáticos e estrutura da EMES.

Ação 12: Sala Sensorial de Acolhimento

Objetivo: Criar ambiente controlado para regulação de crises sensoriais.

Metas: Instalação de uma unidade piloto na capital (SEI 7009868-10.2025.8.08.0000).

Cronograma: Mar a Out/2026.

Unidades: Engenharia e Manutenção.

Recursos: Mobiliário adaptado e isolamento acústico.

Ação 13: Semana da Neurodiversidade e Arte Inclusiva (21/08 à 28/08)

Objetivo: Inclusão social via parcerias com ONGs (APAE/Down).

Metas: Exposições e apresentações artísticas (21/08 a 28/08).

Cronograma: Agosto/2026.

Unidades: Comarcas do PJES e ONGs parceiras.

AÇÃO 6 Suporte Psicossocial e Gestão Judiciária

Ação 14: Diálogos Grupais e Suporte para pessoas com deficiência - Projeto Acolher

Objetivo: Espaço de escuta ativa focado na saúde mental dos servidores e magistrados com deficiência.

Metas: 04 encontros mensais com garantia de abono de ponto.

Cronograma: Agosto/2026.

Unidades: SGP e CPAI.

Recursos: Equipe técnica da CSPS.

Ação 15: Capacitação: Autismo na Vida Adulta

Objetivo: Qualificar magistrados e gestores sobre as particularidades neurobiológicas do autismo e diagnóstico tardio.

Metas: Capacitar gestores, magistrados e servidores com convocação no Diário da Justiça por meio de instrutoria especializada (Dra Leila Landgraf).

Cronograma: Abril/2026.

Unidades: EMES.

Ação 17: Julgamento Prioritário e Protocolo de julgamento da pessoa com deficiência

Objetivo: Assegurar celeridade conforme o "Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Deficiência".

Metas: Mutirão de julgamento de processos onde pessoas com deficiência são parte 100% de observância ao protocolo.

Cronograma: Setembro/2026 (Mês de Intensificação).

Unidades: Presidência, CGJ e Unidades Judiciárias.

Recursos: Força-tarefa jurídica e sistemas de priorização.

AÇÃO 7 Governança, Monitoramento e Conformidade

Ação 18: Fortalecimento do Canal de Denúncias de Barreiras

Objetivo: Identificar e corrigir entraves de acesso em tempo real. Monitorar os resultados do programa de acessibilidade 2020-2026.

Processo SEi: 7003450-32.2020.8.08.0000

Metas: Formulário online permanente; publicação do relatório final do sexênio (2020-2026).

Cronograma: Permanente até Dezembro/2026.

Unidades: Planejamento Estratégico e CPAI.

Ação 19: Projeto de Empregabilidade "Egresso CETEFE" (MPTES)

Objetivo: Apoiar a transição laboral de PcDs que atuaram via CETEFE no PJES.

Metas: Formalizar cooperação técnica para mapeamento e encaminhamento de currículos.

Cronograma: Fluxo contínuo em 2026.

Unidades: CPAI, SGP e MPTES.

Ação 20: Representatividade em Fóruns Nacionais (CNJ, dentre outros)

Objetivo: Garantir protagonismo do TJES e atualização em boas práticas.

Meta: Participação ativa em pelo menos 02 eventos nacionais do CNJ.

Cronograma: Jan a Dez/2026.

Unidades: CPAI e Secretaria Geral.

Ação 21: Alinhamento à Política Nacional (CNJ) e GT-BID

Objetivo: Garantir conformidade imediata e atingir índice de acessibilidade digital de 80%

Metas: Plano de adequação em 90 dias após a política nacional do CNJ.

Cronograma: Imediato pós-publicação do CNJ.

Unidades: STI, CPAI e Consultoria BID.

Ação 22: Fomento e Monitoramento das Cotas de Estágio

Objetivo: Cumprimento rigoroso da reserva legal de vagas para estagiários com deficiência.

Metas: 100% das vagas preenchidas; entrevista de inclusão para 100% dos contratados.

Cronograma: Contínuo (Picos em Jul e Dez).

Unidades: SGP e Seção de Estágio.

Ação 23: Modernização de Critérios para Concursos e Seleções

Objetivo: Atualizar editais conforme normas de inclusão modernas. Metas: Incluir disciplina "Direito da pessoa com deficiência" e substituir "aptidão plena" por "capacidade funcional adaptada".

Cronograma: Conforme editais de 2026 e anos subsequentes

Unidades: SGP e Presidência.

Ação 24: Revisão das Condições Específicas de de Trabalho-Resoluções TJES (029/2024 e 057/2024).

Objetivo: Garantir que teletrabalho e jornada reduzida, inclusive localização provisória, ocorram sem prejuízo funcional ou acréscimo de produtividade.

Processo SEi: 7004374-04.2024.8.08.0000

Meta: Publicação de atos normativos garantindo medidas de acessibilidade e inclusão.

Cronograma: jul 2026.

Unidades: SGP CPAI e Presidência.

Ação 25: Balcão Virtual Acessível e Humanizado

Objetivo: Eliminar barreiras no atendimento remoto.

Metas: Salas com legendagem em tempo real e audiodescrição; balcões físicos em altura acessível.

Cronograma: Mar a Dez/2026.

Unidades: STI e Gestão Predial.

Ação 26: Consolidação da Política de Acessibilidade (Res. 034/2019)

Objetivo: Harmonizar a normativa local com a LBI e Resolução 401/2021 do CNJ.

Meta: Submissão da minuta de revisão ao Tribunal Pleno até o final de 2026.
Cronograma: Mar a Dez/2026.
Unidades: CPAI e Presidência.

5. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 . Lei Brasileira de Inclusão da
Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 401, de 16 de
junho de 2021 . Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no Poder Judiciário.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Portaria nº 351, de 4 de
dezembro de 2023 . Institui o Selo Linguagem Simples do Poder Judiciário.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 343, de 9 de
setembro de 2020 (e alterações). Dispõe sobre a concessão de condições
especiais de trabalho a magistrados e servidores com deficiência.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050:2020 . Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos
urbanos.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES).
Resolução nº 034/2019 . Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão no
âmbito do PJES.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES).
Resoluções nº 029/2024 e nº 057/2024 . Regulamentam condições especiais
de trabalho.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES).
Planejamento de Ações de Acessibilidade e Inclusão – Ciclo 2025 . Vitória: CPAI-PJES, 2024 (Documento Base para Ações Remanescentes).
WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). Web Content Accessibility
Guidelines (WCAG) 2.1 .

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo